



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**25/05/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. CASO DÉCIO SÁ.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CASO DÉCIO SÁ.....	3 - 5
2.2. DESEMBARGADORES.....	6 - 9
2.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	10
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. CASO DÉCIO SÁ.....	11
3.2. DESEMBARGADORES.....	12
3.3. VARA DA MULHER.....	13
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	14 - 15
4.2. DECISÕES.....	16
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	17
5.2. CASO DÉCIO SÁ.....	18
5.3. COMARCAS.....	19
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CASO DÉCIO SÁ.....	20 - 21
6.2. COMARCAS.....	22
6.3. DECISÕES.....	23 - 24
6.4. DESEMBARGADORES.....	25 - 26
6.5. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	27
6.6. PUBLICIDADE LEGAL.....	28
6.7. SERVIDORES.....	29 - 30
6.8. VARAS CRIMINAIS.....	31

## PISTOLAGEM

# CNJ VAI MONITORAR PROCESSO SOBRE ASSASSINATO DE DÉCIO SÁ



Décio Sá

**A** Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena - Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá - assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012. A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. **PÁGINA 3**

 PISTOLAGEM

# CNJ vai monitorar processo sobre assassinato de Décio Sá

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena - Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá - assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012.

A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça

do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

"Essa decisão é positiva para a Justiça estadual e, em especial, uma vitória de todos os maranhenses que acompanham esse caso e o querem resolvido", comentou o presidente.

A inclusão do processo no sistema foi solicitada à Corregedoria Nacional pelo presidente Guerreiro Júnior, a pedido do juiz Márcio Brandão, que responde pela 1ª

Vara do Tribunal do Júri de São Luís, onde a ação foi ajuizada. Com o cadastro da Ação Penal no sistema, o processo passa a ser monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O TJMA deve encaminhar, no prazo de 15 dias, informações como a situação processual; a movimentação; segredo de Justiça; tramitação de recursos e data de julgamento. As informações ficam disponíveis na internet ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), apenas

para usuários cadastrados. **RELEVÂNCIA SOCIAL** - O programa "Justiça Plena" monitora o andamento de processos de repercussão social e apoia a gestão de causas de grande interesse público.

O acesso pleno aos processos ocorre por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS) e é concedido aos representantes cadastrados, que podem consultar e atualizar o banco de dados.

 CASO DÉCIO SÁ

# CNJ acompanhará o processo que apura a morte do jornalista

Ação será monitorada pelo programa Justiça Plena; conselheiro do órgão reuniu-se com juizes maranhenses para saber detalhes do caso. Novas escutas revelam diálogo entre policial acusado de ligação com agiotas e irmão delegado. **Polícia 6**

# CNJ acompanhará processo sobre a execução do jornalista Décio Sá

Conselheiro do CNJ se reúne com juizes maranhenses para conhecer detalhes sobre o caso, que será incluído no Programa Justiça Plena, criado para monitorar e dar transparência ao processo, de grande repercussão nacional



Jefferson Kravchychyn (c) conversa com juizes maranhenses sobre andamento da investigação

**Leandro Santos**  
Da equipe de **O Estado**



**A** Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu a ação penal que trata da morte do jornalista de **O Estado** Décio Sá, ocorrida no dia 23 de abril de 2012, no programa de acompanhamento processual Justiça Plena. Com isso, o CNJ fará o monitoramento e acompanhamento do processo que investiga o assassinato do jornalista.

Ontem, o conselheiro do CNJ, Jefferson Luís Kravchychyn, reuniu-se com o juiz Márcio Castro Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri; com o juiz diretor do Fórum Desembargador Sarney Costa, Sebastião Joaquim Lima Bonfim, e com a juíza auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão, Francisca Galiza, na sede do fórum, no Calhau, em São Luís, para saber detalhes sobre o processo. "O CNJ é um aliado nas metas de transparência e está procurando averiguar todos os fatos sobre o caso", disse Kravchychyn.

**Pedido** - Na semana passada, o presidente do TJ, Antônio Guerreiro Júnior, enviou um ofício à Corregedoria do CNJ para pedir que o processo que apura a morte do jornalista fosse incluído no programa. O ofício dizia que "o homicídio do jornalista vem exigindo investigação profunda por parte da polícia judiciária, em razão do con-

## Mais

**O processo** referente ao assassinato do jornalista Décio Sá está em fase de instrução. Os depoimentos das testemunhas de acusação e defesa ocorreram entre os dias 6 e 17 deste mês. Já o dos réus será entre os dias 3 e 7 de junho.

Logo após a fase de instrução, o Ministério Público e a defesa dos acusados apresentarão as alegações finais. Na terceira fase do processo, o juiz faz a pronúncia para que os acusados sejam submetidos ao julgamento perante o Tribunal do Júri.

siderável número de réus já denunciados e do suposto envolvimento de empresários, políticos e outras autoridades no crime".

O requerimento do TJ foi fundamentado na iniciativa do juiz Márcio Brandão, que preside as audiências de instrução do caso, com o objetivo de garantir transparência e monitoramento da ação penal. Desde a audiência do dia 7 de maio, quando ainda eram ouvidas as testemunhas de acusação arroladas pelo Ministério Público, Brandão já havia anunciado aos réus e seus advogados sua intenção de pedir o acompanhamento do processo pelo CNJ. Segundo ele, seu desejo era de um processo "célere, eficiente, imparcial e transparente em face de um caso que causou ampla comoção, inclusive com repercussão nacional e internacional".

**Programa** - O Programa Justiça

Plena monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010, a iniciativa apoia a gestão dessas causas, relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais.

Entre coordenadores e participantes, o Justiça Plena tem oito protagonistas: o Ministério da Justiça (MJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Advocacia-Geral da União (AGU), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública da União e dos Estados e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

O acesso pleno aos processos acontece por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS) e é concedido apenas aos representantes cadastrados, que podem consultar e atualizar o banco de dados. A Corregedoria Nacional de Justiça faz a inclusão dos processos que são de interesse público e têm potencial para repercutir na sociedade. A sistema fornece, por exemplo, apoio técnico aos juizes responsáveis pelas causas publicadas no SAPRS.

Atualmente, mais de cem processos estão sendo monitorados pelo programa. Um dos últimos a ser incluído no Justiça Plena foi o referente ao incêndio ocorrido na Boate Kiss, na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em janeiro deste ano.

# Áudio mostra diálogo entre Justino e seu irmão Alcides

**Delegado informa ao irmão investigador a prisão dos envolvidos na morte de Décio Sá**

Depois de publicar áudios de interceptações telefônicas entre o agiota Gláucio Alencar Pontes Carvalho – acusado de ser o mandante da morte do jornalista Décio Sá – e os investigadores Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, o jornalista Gilberto Léda divulgou ontem o conteúdo de novas “escutas” autorizadas pela Justiça. Desta vez, o conteúdo disponibilizado em seu blog ([gilbertoleda.com.br](http://gilbertoleda.com.br)) mostra diálogos entre Alcides e seu irmão, o delegado aposentado da Polícia Civil Sebastião Justino da Silva Neto, poucas horas depois da prisão do bando, na manhã do dia 13 de junho de 2012. Alcides e Joel Durans foram afastados da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), acusados de estreita ligação com a quadrilha.

Na data, vale lembrar que o policial civil, réu no processo que apura o crime, estava em uma “missão na região de Carutapera”, estrategicamente arranjada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Maranhão para manter o investigador e seu colega Joel Durans Medeiros – também denunciado pelo Ministério Público Estadual (MP) de envolvimento com a rede de agiotagem – fora de São Luís, antes e durante a realização da Operação Detonando. A conversa entre Alcides e Justino se inicia às 8h40 e nela o investigador afastado da Seic se mostra surpreso ao receber a notícia de que parte dos integrantes da quadrilha já estava presa, em ação policial da própria delegacia.

“Tá todo mundo preso lá”, anuncia Justino, que estava em São Luís. Alcides, surpreso, questiona: “É mesmo?”. Em outro trecho das interceptações, os irmãos comentam a ligação existente entre a morte de Décio Sá com a execução do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio

## Maís

**Quando** depôs na semana de audiências com as testemunhas arroladas pela defesa dos réus, o deputado Raimundo Cutrim negou envolvimento com o crime. Ele se disse vítima de um “homicídio moral, arquitetado pela Secretaria de Segurança Pública” para “manchar” seu nome, e afirmou ser “o mais interessado na verdadeira elucidação do caso”.

Brasil, no dia 31 de março, na cidade de Teresina-PI, que segundo a polícia, foi motivado por acúmulo de dívidas da vítima com os líderes da quadrilha. Vale ressaltar também que, conforme as investigações, foi por atribuir o mando deste assassinato à rede de agiotas que o repórter da editoria de Política de *O Estado* teve sua morte encomendada, 23 dias depois da publicação em seu blog ([blogdodecio.com.br](http://blogdodecio.com.br)).

**Conversa** - Na ligação, Justino informa: “Prenderam o cara também [ininteligível]. A ligação é certinha aquela, entendeu?” Alcides responde: “Sim!”. O delegado aposentado continua: “A ligação é certinha com o Pará. Não sei se prenderam o cara do Pará, mas parece que já prenderam o [ininteligível]”. O investigador da Seic volta a questionar. “Mas tá envolvendo quem, o Júnior?”. Justino: “Hein?”. Alcides: “Prenderam até Gláucio, é?”. Justino: “Prenderam até Gláucio já. Miranda. Todo mundo!” Alcides: “É mesmo?” Justino: “É por aquela história de Teresina, tá entendendo? Relacionando uma coisa com a outra. [ininteligível]. Eu tô te falando porque aquela história de ontem que nós conversamos ontem bateu certinho, tudinho”.

Pelo fato de as prisões de Gláucio Carvalho, seu pai, o também agiota José de Alencar Miranda Carvalho, de 73 anos, e o restante do bando terem acontecido poucas horas antes da conversa, o delegado aposentado demonstra

certo desconhecimento sobre quem realmente já havia sido preso e chega a informar ao irmão policial que uma pessoa a quem ele chama de “Cutrim” – citado pelo pistoleiro paraense Jhonatan de Sousa Silva como sendo o deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD) – estava entre os detidos na operação. “O Cutrim já foi?”, pergunta Alcides. “Já tá preso, já. Tem oito presos já. [ininteligível]. Diz que a governadora vai até divulgar também”, responde o delegado aposentado da Polícia Civil.

**Relação** - Antes de encerrarem a conversa, Justino e Alcides falam ainda sobre a relação do “Cutrim” com José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, considerado um dos principais intermediadores da morte de Décio Sá e da morte de Valdênio da Silva, de 38 anos, assassinado com cinco tiros de revólver calibre 38, um dia antes, no Residencial Talita, município de Raposa. Este havia sido preso horas após a morte do jornalista, como suspeito de participação no crime. Porém, foi posto em liberdade por não ter envolvimento confirmado com a rede de agiotagem. “O Cutrim me disse agorinha, me confirmou, que é amigo dele e de Júnior. [ininteligível]. Ele confirmou agorinha”, diz Justino.

“Quem é amigo do Júnior?”, pergunta Alcides. Justino responde: “Amigo do *Júnior Bolinha*. Carrega, usa caçamba dele, não sei o que é que tem. [ininteligível]. Mas através daquele outro cara também.” Alcides continua: “(...) o cara que mataram no Araçagy ontem, antes de ontem”. Justino confirma: “É. Ele que entregou tudinho e não protegeram o cara. Morreu de graça e deixou a família toda chorando aí. *Ai Júnior Bolinha* vai botar ele realmente por isso. Sabe quem vai envolver? O *Júnior Bolinha* vai envolver o Gláucio na história de Teresina”, diz o delegado aposentado. Alcides finaliza: “Ontem mesmo eu tava com ele, rapaz, com o Gláucio lá. Eu tive lá com ele, na casa dele lá [ininteligível]”.

## Estado Maior

### **Novo membro do TJ será escolhido por merecimento**

O desembargador que ocupará a vaga aberta com a aposentadoria de Raimundo Nonato da Silva será escolhido pelo critério de merecimento. À vaga concorrem juízes de 4ª Entrância que estejam há anos como titular de varas na Comarca da capital. **Política 3**

## Vaga aberta no TJ

**O** desembargador que ocupará a vaga a ser aberta pela aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza no Tribunal de Justiça (TJ) será escolhido pelo critério de merecimento, já que o mais recente membro da Corte, Megbel Abdala, foi promovido por antiguidade. A alternância é determinada no Regimento Interno do TJ. Raimundo Nonato de Souza completará 70 anos amanhã.

O Regimento também estabelece que 10 dias depois de aberta a vaga, um edital abrirá prazo de cinco dias para que os juízes se candidatem à promoção. Somente poderá integrar a lista tríplice para acesso ao tribunal, pelo critério de merecimento, o juiz que tenha pelo menos dois anos de exercício na respectiva entrância e se situe na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver juiz com tais requisitos que aceite o lugar vago.

O merecimento terá como base o desempenho do magistrado nos 48 meses anteriores à promoção, por critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento. A sessão para acesso de juiz ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada.

Concluída a votação, os votos serão apurados para que seja formada a lista tríplice. Somente participarão da lista os três juízes mais votados e que tenham obtido a metade mais um dos votos dos presentes. Se somente um juiz atingir a metade mais um dos votos, serão feitos novos escrutínios para a escolha do segundo e terceiro lugares da lista, obtidos pelo voto de metade mais um dos desembargadores.

Formalizada a lista tríplice, é obrigatória a nomeação do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento. Caso nenhum deles se enquadre nesta situação, o Tribunal escolherá o juiz a ter acesso ao Colégio de Desembargadores também em sessão pública e por meio de escrutínio nominal, aberto e fundamentado, iniciada a votação pelo presidente. Será o novo desembargador aquele que obtiver a metade mais um dos votos dos presentes.

É isso aí.

### **Não sai**

O desembargador Raimundo Melo não se sensibilizou com os apelos dramáticos de Marciely Trabulsi, a *Loura Fatal*, presa quarta-feira por estelionato.

Disse um enfático "não" ao pedido de habeas corpus impetrado por seus advogados, que esperavam que ela fosse solta.

Julgador técnico e seguro, Raimundo Melo entendeu que a prisão está calcada em fatos e tem base legal. E fim de papo.

**SERÁ** escolhido pelo critério de merecimento o desembargador que ocupará a vaga a ser aberta pela aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza no Tribunal de Justiça do Maranhão, já que o mais recente membro da Corte, Megbel Abdala, teve acesso por antiguidade. A alternância é determinada pelo parágrafo 1º do artigo 144, Capítulo VII do Regimento Interno do Tribunal.

**AÇÃO GLOBAL**

**SESI**

Parabenzamos os 125 parceiros que colaboraram com o Ação Global 2013. Muito obrigado pela sua participação! Contamos, novamente, com vocês em 2014!

- Público de 37 mil pessoas
- 69.900 atendimentos
- 192 serviços prestados

**IM AMBENTE**

Amaral Coutinho, Adriana Corêz e Banda, Alcides Andréas, ACIB - Associação Comunitária Raquel Bocanga, Associação de Transfugas do Maranhão, Associação dos Profissionais Cabelheiros na Beleza e Arte do Maranhão, Associação Maranhense de Oftalmologia, Artística Serviços Gerais, BENEFALIA, Bloco Tradicional "Os Apolinários", Brigada Verde, Cella Viana, Caixa Econômica Federal, CAMB, CEMAR - Centros Esportivos do Maranhão, CEMAP - Centro de Ensino Médio e Profissionalizante do Maranhão, CEMARIC - Central de Marcação de Consultas do Município, Centro de Jovens e Adultos - Sobrado Farias, Centro de Tratamento Odontológico, Carlénia B. Mendes, Cio. Beno Elkannour, Cia. de Teatro Santa Ignorância peça Pão com Ovos, Comando Geral da Polícia Militar, Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Comercial Camargo, CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão, ALLURAI - Conselho de Alunos do Maranhão, Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, Cristina Gomes "Mágica do Magi", Cruz Vermelha Brasileira, CTO - Centro de Terapia Ocupacional, Companhia de Abastecimento Especial da Mulher, Delegacia Virtual, DETRAN, Escola Hospital do Cabeço, EXPOSEGAMA, FACAM - Faculdade do Maranhão, Faculdade Santa Teresinha, FEEMA - Federação das Entidades Criativas do Maranhão, FRABRIL, Fundação Antônio Jorge Dixo, FUNAC - Fundação Municipal de Cultura, FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, Fundação Renato Alencar, Gargamal e Banda, Gilson César - Espetáculo de Mímicas, Orfêico Góes, Grupo Artístico Maculã, Grupo de Aêró "Parola Negra", Grupo de Capoeira "Gritos da Liberdade", Grupo de Dança Style, Grupo Universitário de Teatro, Grupo de Pagode de Nando - Show Musical, Grupo Tática Alencar, Herbarário Dra. Teresinha Bêgo, HUUFMA - Hospital Universitário, Hospital Adenora Bello, IBDEC - Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo, IJU - Instituto Euvaldo Lodi, Igreja Quadrângulo, IMAC - Instituto Maranhense de Análise do Comportamento, INACRO - Instituto de Apropriação do Maranhão, INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, Instituto de Identificação do Maranhão, Instituto Evolucão, Instituto Romana, Instituto Góes, Iria Engenharia, João, Loura Seixas - Yaz e Violão, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego, M. Dias Branco, Mary Kay, Márcia Virginia - Oficinas de Bijuterias, Ministério Público - Campanha Corde 10, OCIMA - Sindicato das Cooperativas do Estado do Maranhão, OAB MARANHÃO - Ordem dos Advogados do Brasil, Parque Botânico da Vila, Paula Manduca - Show Musical, Pelegrin, Penas Rosa, Pilôgonos, Policiamento Ambiental, PROCON - Proteção e Defesa do Consumidor, Promotoria da Infância e Juventude, Promotoria de Justiça e Defesa da Mulher, Promotoria Itaipirita, Rêbêlog Rosas, Rubinho Jones (Mirante FINE), SINCDEL - Secretaria Municipal de Desporto e Lazer, Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, SEDEL - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, SEMOSP - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, SEMUS - Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Estado da Mulher, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Seguradora Líder, SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, SESC - Serviço Social do Comércio, SIFEMA - Sindicato das Indústrias de Forno Quente do Estado do Maranhão, Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Maranhão, SINDMETAL - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de São Luís, SINDMOT - Sindicato das Indústrias de Pneumáticos e Carrocerias de São Luís, SINDUSCON - Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Maranhão, Sociedade Brasileira de Dermatologia, Sociedade do Grupo de Dança do Maranhão, Superintendência de Polícia Rodoviária Federal do Maranhão, Superintendência Regional do Trabalho do Maranhão, Supermercados Maciel, Supermercados Mateus, Tático Bomfim - Teatro de Bonecos Grupo Casarim Coca, Tagachut, Teatro e Dança Athalia, TJE - Tribunal Regional Eleitoral, UFMA - Universidade Federal do Maranhão, Uniceuma - Universidade Ceuma, Oficina de Argila - Liran Oliveira, Vale, Viva Cidadão, 27ª CSM - Circunscrição de Serviço Militar, 34ª Base de Coadjuvantes.

## ACOMPANHAMENTO

# Processo da morte de Décio Sá será monitorado pelo CNJ

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena - Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá - assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012.

A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

"Essa decisão é positiva para a Justiça estadual e, em especial, uma vitória de todos os maranhenses que acompanham esse caso e o querem resolvido", comentou o presidente.

A inclusão do processo no sistema foi solicitada à Corregedoria Nacional pelo presidente Guerreiro Júnior, a pedido do juiz Márcio Brandão,

que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, onde a ação foi ajuizada. Com o cadastro da Ação Penal no sistema, o processo passa a ser monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O TJMA deve encaminhar, no prazo de 15 dias, informações como a situação processual; a movimentação; segredo de Justiça; tramitação de recursos e data de julgamento. As informações ficam disponíveis na internet ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), apenas para usuários cadastrados.

**RELEVÂNCIA SOCIAL** - O programa "Justiça Plena" monitora o andamento de processos de repercussão social e apoia a gestão de causas de grande interesse público.

O acesso pleno aos processos ocorre por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS) e é concedido aos representantes cadastrados, que podem consultar e atualizar o banco de dados.



## TJMA

# Novo desembargador será escolhido por merecimento

O desembargador que ocupará a vaga a ser aberta pela aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) será escolhido pelo critério de merecimento, já que o mais recente membro da Corte, Megbel Abdala, teve acesso por antiguidade. A alternância é determinada pelo parágrafo 1º do artigo 144, Capítulo VII do Regimento Interno do Tribunal. Raimundo Nonato de Souza completa 70 anos de idade no próximo domingo (26).

O artigo 144 do Regimento também estabelece que, a partir da existência da vaga, será dada notícia até o décimo dia de sua ocorrência, com a publicação de único edital,

com prazo de cinco dias, no Diário da Justiça e na página do TJMA, para que os juízes possam requerer o acesso. O prazo para declaração da abertura da vaga poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa fundamentada do presidente do Tribunal.

O merecimento será apurado e aferido, conforme o desempenho do magistrado, nos quarenta e oito meses anteriores à promoção, por critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

A sessão para acesso de juiz ao cargo de desembargador

será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada, obedecidas as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJMA.

**LISTATRÍPLICE**- Concluída a votação, os votos serão apurados para que seja formada a lista tríplice. Somente participarão da lista os três juízes mais votados e que tenham obtido a metade mais um dos votos dos presentes. Se somente um juiz atingir a metade mais um dos votos, serão feitos novos escrutínios para a escolha do segundo e terceiro lugares da lista, obtidos pelo voto de metade mais um dos desembargadores.

Somente poderá integrar a lista tríplice para acesso ao Tribunal, pelo critério de mereci-

mento, o juiz que tenha pelo menos dois anos de exercício na respectiva entrância e se situe na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver juiz com tais requisitos que aceite o lugar vago.

Formalizada a lista tríplice, é obrigatória a nomeação do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento. Caso nenhum deles se enquadre nesta situação, o Tribunal escolherá o juiz a ter acesso ao TJMA, também em sessão pública e através de escrutínio nominal, aberto e fundamentado, iniciada a votação pelo presidente. Terá acesso ao cargo de desembargador aquele que obtiver a metade mais um dos votos dos presentes.

## CPI DA MULHER

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga crimes de violência contra mulheres no Estado do Maranhão encerrou sua agenda de trabalho no município de Imperatriz, na noite de quinta-feira (23), com um encontro na Câmara de Vereadores. Participaram do encontro, representantes do movimento de Mulheres, Sociedade Civil Organizada, a vereadora Caetana, a secretária da Mulher, Conceição Formiga, o promotor especial da Mulher, Frederik Bacelar, a defensora pública Nívia Roberta Andrade, a juíza Sara Fernanda Gama, da Vara Especial da Mulher, e o prefeito Sebastião Madeira. A deputada Eliziane Gama (MD) disse que todas as reivindicações serão encaminhadas ao Governo do Estado no sentido de buscar soluções para suprir as deficiências existentes no combate à violência contra a mulher.

## GARGALO

Durante os dois dias de trabalho da CPI em Imperatriz, o que mais chamou a atenção das deputadas foi a situação da Delegacia da Mulher, que não se enquadra na categoria de delegacia especializada em violência doméstica. Segundo os membros da CPI, o problema é grave porque a sobrecarga da delegacia com outros casos que não são específicos de violência doméstica, facilita a impunidade do agressor. Prova disso é que apenas cerca de 30% dos casos, pouco mais de 300 (de um total de 980), resultaram em inquérito. Um dos encaminhamentos que será feito pela CPI e que faz parte da lista de reivindicações da rede é a criação de uma delegacia especializada para a criança e o adolescente - DPCA. Outro ponto é a realização de concurso público para a área da segurança pública.

## **CASO DÉCIO SÁ**

### **CNJ confirma participação no acompanhamento do processo**

O ministro Fernando Falcão confirmou a inclusão do caso do assassinato do jornalista Décio Sá no programa de acompanhamento processual Justiça Plena por conta da relevância social.

URBANO

## DÉCIO SÁ

A morte do jornalista Décio Sá passa a integrar o programa de acompanhamento processual Justiça Plena a pedido do Tribunal de Justiça

# Caso do jornalista será monitorado pelo CNJ

SANDRA VIANA

O caso de assassinato do jornalista Décio Sá será monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ação penal que trata do caso foi incluída no programa de acompanhamento processual Justiça Plena - Processos de Relevância Social, na última sexta-feira. A inclusão foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antônio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). O TJ-MA fez a solicitação a pedido do juiz Márcio Brandão, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, onde a ação foi ajuizada. O Justiça Plena monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social e interesse público. O programa irá somar ao trabalho da Justiça na conclusão do processo do caso Décio Sá. O presidente do TJ-MA, desembargador Guerreiro Júnior, avaliou a medida "como positiva e de grande importância aos que acompanham o caso".

Para discutir sobre a solicitação, o conselheiro do CNJ, Jerferson Luís Kravchychayn recebeu informações sobre o processo do caso, que está em fase de instrução. Em 15 dias, o TJ-MA enviará o andamento do processo ao

CNJ. São informações referentes à situação processual; a movimentação; segredo de Justiça; tramitação de recursos e data de julgamento. Quem for cadastrado no sistema terá acesso às informações por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS). Estes cadastrados poderão atualizar o banco de dados. A plataforma também servirá como apoio técnico aos juízes.

Participam do programa Justiça Plena o Ministério da Justiça (MJ), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Advocacia-Geral da União (AGU), a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Defensoria Pública da União e dos Estados e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC). Lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010, a iniciativa apoia a gestão dessas causas, relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais. O caso da Boate Kiss, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul; e do assassinato da missionária Dorothy Stang, no Pará, também são acompanhados pelo Justiça Plena. Atualmente, o programa tem 128 processos cadastrados e 25 foram finalizados.



Jonhatan Sousa, assassino confesso, acompanhou os depoimentos

➤ Para saber mais

## Andamento do processo

O processo do caso Décio Sá está em fase de instrução, ou seja, dos depoimentos de acusados, defesa e testemunhas. Os depoimentos das testemunhas de acusação e de defesa ocorreram de 6 a 17 de maio; os interrogatórios dos réus ocorrerão de 3 a 7 de junho. Na segunda fase do processo, o Ministério Público e defesa apresentam alegações finais, em relação a cada um dos acusados. Na terceira e última fase, a partir das avaliações, o juiz se pronuncia sobre os réus serem submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri. São ao todo 12 acusados: Jonathan de Sousa Silva (executor); Marcos

Bruno Silva de Oliveira; José Raimundo Sales Chaves Júnior, o "Júnior Bolinha"; os policiais Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros; Elker Farias Veloso; o capitão da PM, Fábio Aurélio Saraiva Silva, o "Fábio Capita"; Fábio Aurélio do Lago e Silva, o "Bochecha"; os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho (pai de Gláucio) e Shirliano Graciano de Oliveira (que está foragido). O advogado Ronaldo Henrique Santos Ribeiro responde em separado dos demais, pois teve o processo desmembrado.

**DÍVIDA****TJ quer plano para precatórios em 15 dias**

CLODOALDO CORRÊA

O Tribunal de Justiça do Maranhão deu ao governo do estado um prazo de 15 dias para resolver os problemas dos precatórios. A governadora deve apresentar plano detalhado para o pagamento ao Tribunal dentro deste prazo. A decisão foi do presidente do TJMA, desembargador Guerreiro Júnior. O total da dívida do estado com os precatórios nos exercícios de 2011 e 2012 soma R\$ 385 milhões.

Caso o prazo não seja cumprido pelo poder Executivo, o Pleno do TJMA decidirá sobre o encaminhamento ou não do Pedido de Intervenção Federal ao Supremo Tribunal Federal (STF). O pedido de intervenção federal foi proposto pelo advogado Pedro Leonel Pinto de Carvalho. Na ação, Pedro Leonel justifica seu pedido frisando que o precatório é o instrumento público instituído pela Constituição para assegurar o cumprimento de sentenças judiciais condenatórias a pagar importância em dinheiro, nas quais é devedora a Fazenda Pública. Ele alega que o estado tem deixado de cumprir com excessivo atraso o pagamento.

Um dos principais problemas é que a lei exige que sejam pagos em ordem cronológica os precatórios. Na lista, aparece, como primeiro na ordem de preferência, um requisitório do Banespa S/A, no valor de R\$ 116.446.085,67. Enquanto esta dívida não for quitada, impede o pagamento dos subsequentes, inclusive todos os relativos ao exercício de 2012, uma vez que há de ser respeitada a ordem cronológica de apresentação estabelecida no Artigo 100 parágrafo 5º da Constituição.

A decisão do TJMA considerou sendo de total omissão a inadimplência do Executi-

vo em incluir na proposta orçamentária verba necessária para o pagamento da obrigação constitucional. "Está evidenciada uma aparente injustificada resistência de adimplir as dívidas dos precatórios judiciais de 2011 e 2012, circunstância que, uma vez confirmada, caracteriza situação de inadimplência voluntária", disse o presidente do Tribunal.

Guerreiro destacou a visibilidade do fato por uma maior transparência das finanças do poder Judiciário hoje. "O fato é público e notório, também em virtude do amplo destaque e total transparência com que passou a ser tratada a questão pelo tribunal nos últimos anos, com a divulgação de todos os dados relativos às finanças em seu portal de maneira especial os números dos precatórios, com seus valores e respectivos credores etc".

No início do mês, o Tribunal de Contas do estado julgou a prestação de 2011 do governo do estado. A prestação teve como principais ressalvas as dívidas de precatórios. O relator, conselheiro Caldas Furtado, recomendou que a governadora deve relacionar os processos judiciais que estejam em vias de se tornar precatórios em anos seguintes (pelo menos 3 anos), para assim, garantir recursos suficientes (provisões) visando seus efetivos pagamentos.

O presidente do TJMA também destacou o desgaste causado pelas sucessivas intimações ao governo do estado para fins de pagamento e não houve nenhum anúncio de que o problema seria solucionado.

**O Imparcial** entrou em contato com a Secretaria de Comunicação do governo do estado. Mas, até o fechamento desta edição, não obteve resposta sobre o atraso no pagamento dos precatórios.

## Olho d'Água das Cunhãs

### Inscrições prorrogadas e nova data para casamento comunitário

A juíza Mirella Cezar Freitas, titular da Comarca de Olho d'Água das Cunhãs, informa que as inscrições para o casamento comunitário foram prorrogadas até o dia 21 de junho. Também há uma nova data da cerimônia: 10 de julho.

A medida consta de edital de retificação, assinado pela magistrada nessa quinta-feira (23).

As inscrições podem ser feitas no Cartório do Ofício Extrajudicial de Olho d'Água das Cunhãs, na Rua Paulo Ramos, nº 10, Centro, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Para fazer a inscrição, os casais devem apresen-

tar a seguinte documentação: se solteiros, certidão de nascimento original ou cópia autenticada. Se divorciados, deverão apresentar certidão de casamento com averbação do divórcio.

Caso o noivo ou a noiva seja viúvo (a), é preciso apresentar a cópia autenticada da certidão de casamento e de óbito do (a) falecido (a). Caso algum dos noivos tiver 16 anos, somente poderá casar com a autorização dos pais, que deverão comparecer com o casal, munidos de seus documentos. Com 15 anos, só através de Suprimento Judicial.

## Justiça

# CNJ vai monitorar processo da morte de Décio Sá a pedido do TJMA

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena - Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá – assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012.

A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

"Essa decisão é positiva para a Justiça estadual e, em especial, uma vitória de todos os maranhenses que acompanham esse caso e o querem resolvido", comentou o presidente.

A inclusão do processo no sistema foi solicitada à Corregedoria Nacional pelo presidente Guerreiro Júnior, a pedido do juiz Márcio Brandão, que responde pela 1ª

Vara do Tribunal do Júri de São Luís, onde a ação foi ajuizada. Com o cadastro da Ação Penal no sistema, o processo passa a ser monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O TJMA deve encaminhar, no prazo de 15 dias, informações como a situação processual; a movimentação; segredo de Justiça; tramitação de recursos e data de julgamento. As informações ficam disponíveis na internet ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), apenas para usuários cadastrados.

### RELEVÂNCIA SOCIAL

- O programa "Justiça Plena" monitora o andamento de processos de repercussão social e apoia a gestão de causas de grande interesse público.

O acesso pleno aos processos ocorre por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS) e é concedido aos representantes cadastrados, que podem consultar e atualizar o banco de dados.

## Em Joselândia

### Judiciário instala comarca



Guerreiro Júnior instala comarca e destaca benefícios a Joselândia e Presidente Dutra

"Tenho um processo em Presidente Dutra que já dura quase dois anos e pra acompanhar viajo até 50 km pra saber do resultado. Agora vai ficar mais fácil, pois vou acompanhar mais de perto, economizando tempo e dinheiro", afirma a agente comunitária Maria do Socorro Sousa Miranda, 60 anos, um dos 22.929 habitantes de Joselândia (327 km de São Luís) agora beneficiados com a instalação daquela comarca – antes era termo de Presidente Dutra.

A nova unidade judiciária foi entregue nesta sexta-feira (24) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha.

O fórum – que também vai atender o termo São José dos Basílios, onde vivem 7.496 pessoas – está localizado na Avenida Duque de Caxias, s/n, centro. O juiz Ferdinando Serejo, titular da 2ª Vara de Presidente Dutra, vai responder pela nova comarca por 30 dias, até concluída a transição de 1.300 processos, aproximadamente. Depois assumirá, interinamente, o juiz Cristóvão Barros (3ª Vara de Pedreiras).

Ao entregar oficialmente a comarca, Guerreiro Júnior enfatizou que "o sentimento é de dever cumprido", pois há muito tempo a população desejava ter a Justiça mais perto e defender seus interesses. "Muitos benefícios terá o povo de Joselândia", enfatizou o presidente do TJMA.

A iniciativa do Judiciário foi destacada pelo corregedor Cleones Cunha, que elogiou a determinação da presidência do TJMA em efetivar demanda que aproximará a Justiça dos moradores da comarca.

Para o prefeito de Joselândia, Wabner Feitosa, a instalação atende ao anseio de acessibilidade ao Judiciário e traz direitos e deveres aos cidadãos do município. "A distância da Justiça vai diminuir", completou.

Na opinião do advogado Laécio Guedes, que viaja de Presidente Dutra para atender clientes em Joselândia, a unidade judiciária vai dar celeridade na prestação jurisdicional local, facilitando o trabalho dos advogados que atuam nas duas comarcas. "Desafoga o fórum de Presidente Dutra, aproxima a população da Justiça e, com isso, ganham as duas cidades", disse.

# MINISTRO CONFIRMA MONITORAMENTO DO PROCESSO DA MORTE DE DÉCIO SÁ

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual “Justiça Plena - Processos de Relevância Social”, a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá – assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012. A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antônio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha. PÁGINA 3

# CNJ vai monitorar processo da morte de Décio Sá, a pedido do TJ-MA

A Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluiu, no sistema de acompanhamento processual "Justiça Plena – Processos de Relevância Social", a Ação Penal que trata do homicídio do jornalista Décio Sá – assassinado a tiros em São Luís, em 23 de abril de 2012.

A medida foi confirmada pelo ministro Fernando Falcão, corregedor nacional de Justiça, ao desembargador Antônio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, e ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

"Essa decisão é positiva para

a Justiça estadual e, em especial, uma vitória de todos os maranhenses que acompanham esse caso e o querem resolvido", comentou o presidente.

A inclusão do processo no sistema foi solicitada à Corregedoria Nacional pelo presidente Guerreiro Júnior, a pedido do juiz Márcio Brandão, que responde pela 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís, onde a ação foi ajuizada. Com o cadastro da Ação Penal no sistema, o processo passa a ser monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O TJ-MA deve encaminhar, no prazo de 15 dias, informações como

a situação processual; a movimentação; segredo de Justiça; tramitação de recursos e data de julgamento. As informações ficam disponíveis na internet ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)), apenas para usuários cadastrados.

Relevância social – O programa "Justiça Plena" monitora o andamento de processos de repercussão social e apoia a gestão de causas de grande interesse público.

O acesso pleno aos processos ocorre por meio do Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social (SAPRS) e é concedido aos representantes cadastrados, que podem consultar e atualizar o banco de dados.

## Tribunal de Justiça instala comarca de Joselândia

“Tenho um processo em Presidente Dutra que já dura quase dois anos e pra acompanhar viajo até 50 km pra saber do resultado. Agora vai ficar mais fácil, pois vou acompanhar mais de perto, economizando tempo e dinheiro”, afirmou a agente comunitária Maria do Socorro Sousa Miranda, 60 anos, um dos 22.929 habitantes de Joselândia (327 km de São Luís) agora beneficiados com a instalação daquela comarca – antes era termo de Presidente Dutra.

A nova unidade judiciária foi entregue ontem (24) pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha.

O fórum – que também vai atender o termo São José dos Basílios, onde vivem 7.496 pessoas – está localizado na Avenida Duque de Caxias, s/n, centro. O juiz Ferdinando Serejo, titular da 2ª Vara de Presidente Dutra, vai responder pela nova comarca por 30 dias, até concluída a transição de 1.300 processos, aproximadamente. Depois assumirá, interinamente, o juiz Cristóvão Barros (3ª Vara de Pedreiras).

Ao entregar oficialmente a comarca, Guerreiro Júnior enfatizou que “o sentimento é de dever cumprido”, pois há muito tempo a população desejava ter a Justiça mais perto e defender seus interesses. “Muitos benefícios terá o povo de Joselândia”, enfatizou o presidente do TJMA.

## O pecado dos precatórios

O costume do cachimbo faz a boca torta, diz o adágio popular. Mas há aqueles que, por seus cargos, encargos, posição política ou social, sempre se sentirão acima da lei, dispostos a afrontar a Justiça, capazes de silenciá-la, constrangê-la e, assim, diminuí-la aos olhos da sociedade. O Maranhão está sob ameaça de intervenção federal, e o presidente do Tribunal de Justiça, Guerreiro Júnior, deu o prazo final de 15 dias para que a governadora Roseana Sarney apresente um plano de pagamento dos precatórios relativos aos anos de 2011 e 2012.

A novela se arrasta no extenso espaço recursal da magistratura maranhense, mas ficou evidente que o governo assumiu o risco de descumprir a lei e de desobedecer a decisões judiciais. E pode passar agora pelo vexame de ver sequestrados os recursos do Estado, no que se sente o peso da irresponsabilidade governante, o confronto determinado e absurdo com a legalidade quando deixou acumular por dois anos uma dívida que atinge, hoje, mais de R\$ 385 milhões. Poderia ter pago muita gente. Poderia ter adimplido pelo menos as dívidas menores, mas preferiu arriscar a autossuficiência do Estado até entender, hoje, que não está acima da lei.

Quis o governo empurrar com a barriga ofícios, despachos, expedientes, decisões, pareceres e intimações da Justiça e obtém como resultado o isolamento judicial do Maranhão. E não adianta dizer que o pagamento implicará em desequilíbrio das contas do Estado, que mergulhará numa crise de desfecho imprevisível. A crise, no caso, é de honestidade diante dos compromissos que representa e que se apresentam a qualquer gestão. E é o que menos importa agora. O governo não quis pagar uma conta que está sendo cobrada há mais de dois anos, este é um fato e o outro é que por conta disso arrastaram o Maranhão para uma situação ridícula, preso entre duas possibilidades: intervenção federal e sequestro judicial dos recursos públicos. E é bom lembrar, até porque não faz muitos dias, que ao primeiro sinal de cobrança a Prefeitura Municipal de São Luís apresentou à Justiça um plano de pagamento dos precatórios, o que o Estado, de forma redundante, tem se negado a fazer.

No Brasil, quaisquer dívidas se elevam ao sabor de juros desenfreados e correções. O governo sabe disso e mesmo sabendo disso comprometeu a estabilidade financeira do Maranhão quando, desobedecendo a qualquer senso de responsabilidade, obrigou a Justiça a adotar a medida extrema que hoje adota. E a dívida incha, a cada adiamento, a cada desculpa, a cada recurso intempestivo e inútil interposto para fugir à responsabilidade. O resultado é que já há cobrança atingindo a mastodôntica cifra de R\$ 100 milhões.

Não se exima o governo de culpa, se nem respostas formais deu à Justiça, se não cometeu sequer a deferência de registrar a dívida dos precatórios no Balanço Geral do Estado. Preparou, portanto, confiando talvez no “quero, posso e mando” dos velhos coronéis, adredemente, premeditadamente, aquilo que na ensaboada linguagem jurídica se chama inadimplência voluntária e na linguagem popular tem outro nome: calote, seu doutor.

❖ ❖ A sessão da 2ª Câmara Criminal dessa quinta-feira (23) foi a última do desembargador Raimundo Nonato de Souza, que se aposenta do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), após 32 anos de magistratura, seis dos quais como desembargador. Ao final da sessão, colegas magistrados e servidores o cumprimentaram.

## ***Novo desembargador do TJ-MA será escolhido por merecimento***

O desembargador que ocupará a vaga a ser aberta pela aposentadoria de Raimundo Nonato de Souza no Tribunal de Justiça será escolhido pelo critério de merecimento, já que o mais recente membro da Corte, Megbel Abdala, teve acesso por antiguidade. A alternância é determinada pelo parágrafo 1º do artigo 144, Capítulo VII do Regimento Interno do Tribunal. Raimundo Nonato de Souza completa 70 anos de idade no próximo domingo (26).

O artigo 144 do Regimento também estabelece que, a partir da existência da vaga, será dada notícia até o décimo dia de sua ocorrência, com a publicação de único edital, com prazo de cinco dias, no Diário da Justiça e na página do TJ-MA, para que os juízes possam requerer o acesso. O prazo para declaração da abertura da vaga poderá ser prorrogado uma única vez, mediante justificativa fundamentada do presidente do Tribunal.

O merecimento será apurado e aferido, conforme o desempenho do magistrado, nos 48 meses anteriores à promoção, por critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

A sessão para acesso de juiz ao cargo de desembargador será pública, com votação nominal, aberta e fundamentada, obedecidas as prescrições constitucionais, legais e do Regimento Interno do TJ-MA.

**Lista tríplice** – Concluída a votação, os votos serão apurados para que seja formada a lista tríplice. Somente participarão da lista os três juízes mais votados e que tenham obtido a metade mais um dos votos dos presentes. Se somente um juiz atingir a metade mais um dos votos, serão feitos novos escrutínios para a escolha do segundo e terceiro lugares da lista, obtidos pelo voto de metade mais um dos desembargadores.

Somente poderá integrar a lista tríplice para acesso ao Tribunal, pelo critério de merecimento, o juiz que tenha pelo menos dois anos de exercício na respectiva entrância e se situe na primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver juiz com tais requisitos que aceite o lugar vago.

Formalizada a lista tríplice, é obrigatória a nomeação do juiz que figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento. Caso nenhum deles se enquadre nesta situação, o Tribunal escolherá o juiz a ter acesso ao TJ-MA, também em sessão pública e por meio de escrutínio nominal, aberto e fundamentado, iniciada a votação pelo presidente. Terá acesso ao cargo de desembargador aquele que obtiver a metade mais um dos votos dos presentes.

## *Júri popular condena homem que matou a mulher na Cidade Operária*

Paulo Roberto Dias dos Santos, conhecido como 'Cocada', foi condenado a 17 anos e seis meses de reclusão pelo assassinato de Jocivaldo da Silva Mendes. Réu preso, ele teve negado o direito de recorrer em liberdade de eventual recurso da decisão do júri popular.

Segundo a denúncia, Paulo Roberto Dias, na noite do dia 10 de abril de 2011, no Bairro Cidade Operária, saiu de casa armado com duas facas para agredir pessoas desconhecidas que discutiam com seu irmão Paulo Johns Dias do Santos. Ele feriu uma pessoa com uma faca e outra com uma pedrada. Em seguida, tentou lesionar Jocivaldo da Silva Mendes, que se defendeu com um capacete, sendo esfaqueado inúmeras vezes até a morte. O acusado foi preso em flagrante delito. O julgamento, presidido pelo José Ribamar Goulart Heluy Júnior, ocorreu na quinta-feira (23), no 4º Tribunal do Júri de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa, Calhau. De acordo com a sentença, Paulo Roberto Dias já respondeu a processo por homicídio, sendo absolvido apenas por falta de prova da materialidade e não por falta de prova da autoria. Ele também confessou ser usuário de entorpecentes.

## *Júri popular condena homem que matou a mulher na Cidade Operária*

Paulo Roberto Dias dos Santos, conhecido como 'Cocada', foi condenado a 17 anos e seis meses de reclusão pelo assassinato de Jocivaldo da Silva Mendes. Réu preso, ele teve negado o direito de recorrer em liberdade de eventual recurso da decisão do júri popular.

Segundo a denúncia, Paulo Roberto Dias, na noite do dia 10 de abril de 2011, no Bairro Cidade Operária, saiu de casa armado com duas facas para agredir pessoas desconhecidas que discutiam com seu irmão Paulo Johns Dias do Santos. Ele feriu uma pessoa com uma faca e outra com uma pedrada. Em seguida, tentou lesionar Jocivaldo da Silva Mendes, que se defendeu com um capacete, sendo esfaqueado inúmeras vezes até a morte. O acusado foi preso em flagrante delito. O julgamento, presidido pelo José Ribamar Goulart Heluy Júnior, ocorreu na quinta-feira (23), no 4º Tribunal do Júri de São Luís, no Fórum Des. Sarney Costa, Calhau. De acordo com a sentença, Paulo Roberto Dias já respondeu a processo por homicídio, sendo absolvido apenas por falta de prova da materialidade e não por falta de prova da autoria. Ele também confessou ser usuário de entorpecentes.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 40/2013  
Processo n.º 17350/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Higiene para Casa Abrigo, no dia 11/06/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet - endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

**São Luís, 24 de maio de 2013.**  
**Kátia Araujo Gonçalves**  
Pregoeira TJ/MA

## Seminário discute aposentadoria e pensão no serviço público

A Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep), por meio da Secretaria Adjunta de Seguridade dos Servidores Públicos Estaduais (Saseg), em parceria com a Escola de Governo do Maranhão (EGMA), promoveu na quinta (23) e ontem, o seminário “Aposentadoria e Pensão no Serviço Público para Gestores e Servidores”, proferido pelo auditor-fiscal da Previdência Social - Receita Federal do Brasil, Delúbio Gomes Pereira da Silva.

Na quinta (23), o seminário aconteceu no Auditório do Tribunal de Contas do Esta-

do (TCE) para um público de aproximadamente 100 pessoas, entre servidores públicos do TCE, da Segep, do Tribunal de Justiça (TJ), da Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), da Assembleia Legislativa e Viva Cidadão. Na sexta-feira (24), o seminário aconteceu no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública, para os seus servidores.

Esse seminário foi de suma importância para atualização e agregação de conhecimento aos gestores e servidores, haja vista a constante mutação da legislação previdenciária.

❖❖ A Secretaria da Gestão e Previdência, em parceria com a Escola de Governo do Maranhão, promoveu, quinta e sexta-feira, o seminário “Aposentadoria e Pensão no Serviço Público para Gestores e Servidores”, proferido pelo auditor-fiscal da Previdência Social – Receita Federal do Brasil, Delúbio Gomes Pereira da Silva.

❖❖ Na quinta (23), o seminário aconteceu no Auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) para um público de aproximadamente 100 pessoas, entre servidores públicos do TCE, da Segep, do Tribunal de Justiça (TJ), da Procuradoria Geral da Justiça (PGJ), da Assembleia Legislativa e Viva Cidadão.

❖❖ Na sexta-feira (24), o seminário foi realizado no auditório da Escola Superior da Defensoria Pública, para os seus servidores.

## BACURI

# MPMA garante condenação por homicídio duplamente qualificado

Em sessão realizada na última quarta-feira, 22, o Tribunal do Júri da Comarca de Bacuri condenou o réu Gabriel Rabelo Rocha, conhecido como "Theca", a 14 anos de reclusão. O motivo foi o homicídio de Wellington Cadete Gatinho, ocorrido no dia

17 de novembro de 2012.

Segundo o Ministério Público, no dia do crime, por volta das 23h, a vítima se encontrava em uma seresta, no Povoado Madragoa quando foi atingido por Gabriel Rocha com um facão, sendo golpeado pelas costas. O assassino havia

sido agredido por Wellington Gatinho dois meses antes. Desde então os dois vinham fazendo ameaças um ao outro.

O Conselho de Sentença acolheu integralmente a tese defendida pelo promotor de justiça Nelson Nedes Ribeiro Guimarães,

titular da Comarca de Bacuri, e pelo assistente de acusação, João José da Silva. O Ministério Público levantou a tese de homicídio qualificado por motivo fútil e sem possibilidade de defesa. A sentença foi proferida pelo juiz Marcelo Santana Farias.